

POVO LIVRE

ACREDITO

NO FUTURO DE PORTUGAL

Luís Montenegro esteve em Peso da Régua, no Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

06 PSD

CONSELHO NACIONAL DO PSD REÚNE-SE ESTA QUINTA-FEIRA

O Conselho Nacional do PSD vai reunir-se no dia 15 de junho, em Lisboa, para analisar a situação política e aprovar o regulamento do Congresso extraordinário estatutário

12 LOCAIS

TERRAS DE BOURO E VILA VERDE CONTRA DECISÃO DE RETIRAR HELICÓPTERO DE BRAGA

Os municípios de Terras de Bouro e de Vila Verde criticaram a deslocalização de um helicóptero ligeiro de Braga para Famalicão, considerando a decisão "incompressível e sem sustentação"

17 REGIONAIS

GOVERNO DA MADEIRA QUER CRIAR FUNDO PARA APOIAR EMIGRANTES NA ÁFRICA DO SUL

Miguel Albuquerque anunciou estar previsto alterar o regulamento do Fórum das Comunidades para criar um fundo destinado a apoiar os emigrantes mais vulneráveis devido ao clima de insegurança

O triunfo dos porcos

Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros.



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

No Dia de Portugal, durante as celebrações realizadas na cidade do Peso da Régua, o Primeiro-Ministro foi confrontado com mais uma manifestação de professores, que continuam na sua luta pelo descongelamento de carreiras.

Seria apenas mais um protesto, não fosse a presença de alguns manifestantes que exibiam cartazes onde o chefe de Governo era caricaturado com lápis espetados nos olhos e nariz de porco.

Perante a situação, António Costa referiu-se aqueles cartazes como “racistas”.

Obviamente, não me revejo naquela forma de protesto, grosseira atentatória da dignidade das pessoas. Aliás, acho mesmo que este tipo de manifestação só tira razão a quem a pratica, motivo pelo qual os próprios sindicatos se desmarcaram da mesma.

Uma vez esclarecida a minha posição sobre a forma do protesto, passo à parte da recriação da obra de George Orwell, no Peso da Régua.

O livro, de 1945, faz uma alegoria sob a ascensão ao poder da esquerda totalitária, nomeadamente no leste da Europa, que levou a uma consequente subversão dos seus próprios ideais revolucionários. Lida nos dias de hoje, esta obra dá-nos também uma perspetiva sobre o desmoronamento moral

de alguns regimes e queda de modelos teóricos de governação à esquerda, que nos levam a ditaduras e oligarquias, com evidências tão atuais como as que motivaram a invasão Russa da Ucrânia.

Neste livro, há uma frase, entre muitas, que fica sempre na memória de quem o leu: “Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros”.

Se atentarmos ao que se passou no protesto dos professores e à reação do Primeiro-Ministro, que, como já disse, tem o direito à sua indignação pela forma como foi retratado, não posso deixar de me lembrar de outros tempos não muito distantes, quando o Primeiro-ministro era Pedro Passos Coelho e apareciam protestos com coelhos enforcados, caricaturas com bigode à Hitler, igualmente reprovável, mas que, na altura, não foi condenado por aqueles que agora clamam por justiça.

Por vezes, parece que Portugal é um pouco como a Quinta Manor (onde decorre a narrativa do livro), onde existe uma parte que se julga superior à outra e, por isso, não pode ser contestada ou alvo de críticas.

Felizmente, a Democracia é muito mais do que a vontade de alguns, nela cabe a manifestação da discordância e a luta pelo que é justo – mesmo que, pelo meio, se cometam exageros.

10 DE JUNHO

ACREDITO NO FUTURO DE PORTUGAL

O Presidente do PSD esteve presente nas comemorações do 10 de Junho, onde partilhou a sua visão para o futuro de Portugal.

Luís Montenegro acredita que Portugal será capaz de “gerar mais oportunidades”, criar “mais riqueza” e de “aproveitar o potencial humano e natural”, através de políticas públicas adequadas.

“Quero corroborar o que disse o Presidente da República, acredito muito no futuro de Portugal. Tenho esperança de que seremos capazes de gerar mais oportunidades, de criar mais riqueza e fixar os nossos jovens”, afirmou.

Numa reação ao discurso do Presidente da República, durante a cerimónia militar comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no Peso da Régua, no sábado, o líder do PSD lembrou que o país tem “pela frente uma tarefa gigante, que é enfrentar o definhamento demográfico que, infelizmente, marcou as últimas décadas e que projeta que sejamos menos dois, dois milhões e meio de pessoas daqui a 40 ou 50 anos”.



Acredito muito no futuro de Portugal. Tenho esperança de que seremos capazes de gerar mais oportunidades, de criar mais riqueza e fixar os nossos jovens.

Luís Montenegro



Luís Montenegro destaca a importância das políticas públicas de coesão. “Há muitos anos que tenho sido insistente na defesa das políticas públicas de coesão do território, nas políticas públicas que possam discriminar positivamente os territórios de baixa densidade e nas políticas públicas que possam abrir esperança aos jovens. (...) Vir cá é uma boa forma de compreender que o futuro de Portugal passa muito por termos capacidade de ter políticas geradoras de maior coesão, quer social, quer territorial, quer geracional”, acrescentou.

Dando como exemplo a região do Douro e o seu “enormíssimo potencial” económico, o Presidente do PSD criticou “o poder centralista de Lisboa”, que não investe nos territórios do interior e de baixa densidade populacional.

“Temos de semear para colher, como os agricultores fazem. É preciso semear, trabalhar a terra e depois colher. Mas quem não semear e quem não trabalhar a terra, não vai colher depois. Nós temos de tratar da nossa colheita, mas para isso temos de semear a coesão do país”, apontou.





”

Há muitos anos que tenho sido insistente na defesa das políticas públicas de coesão do território.

Luís Montenegro



CONSELHO NACIONAL REÚNE-SE ES

Partido prepara Congresso

O Conselho Nacional do PSD vai reunir-se no dia 15 de junho, em Lisboa, para analisar a situação política e convocar e aprovar o regulamento do Congresso extraordinário estatutário.

Análise da situação política, apresentação, discussão e votação do Relatório de Contas de 2022 e convocação e aprovação do Regulamento do 41.º Congresso Extraordinário são os três pontos da ordem de trabalhos da terceira reunião ordinária deste ano do órgão máximo do PSD entre congressos, que se reuniu em 26 de abril.

No início de abril, o Presidente do partido anunciou que o PSD iria realizar um congresso extraordinário a 25 de novembro de 2023 para fazer uma revisão dos Estatutos, com que se tinha comprometido a concretizar no seu primeiro mandato na liderança.

Na moção de estratégia com que concorreu à liderança, em maio do ano passado, Luís Montenegro comprometeu-se a “promover uma ampla discussão interna com vista a modernizar os Estatutos, que possam dar cobertura à maior democraticidade interna e à abertura do PSD à sociedade civil, incluindo a proposta de reforma do modelo de eleição do Líder do PSD”.

Em matéria de revisão estatutária, deverá ser criada uma comissão para receber e debater as propostas de alteração, um processo que não é concluído com sucesso no PSD desde 2012.



CONSELHO NACIONAL DO PSD ESTA QUINTA-FEIRA

Extraordinário



JORNADAS PARLAMENTARES

PSD IMPUTARÁ AO PRIMEIRO-MINISTRO AS CONSEQUÊNCIAS QUE RESULTEM DA ANUNCIADA PARALISAÇÃO DOS TRIBUNAIS



“Todos os dias temos diligências judiciais adiadas porque os recursos são escassos ou porque há greves nos tribunais. A Justiça é, para nós e para os portugueses, uma das mais relevantes funções do Estado. E onde menos esperamos que falhe. **Um Governo que não invista na Justiça, que não reforce os tribunais com meios técnicos e humanos, é um Governo que se demite de vigiar o cumprimento da lei**”, denunciou hoje Paulo Cunha.

Para o Vice-presidente do PSD, é “legítimo o alarme social causado por investigações judiciais inconsequentes e pela previsível prescrição de vários crimes”. O social-democrata, em declarações à imprensa, afirmou ainda que “a sensação de **impunidade mina a credibilidade da classe política e fere de morte o Estado de Direito**. A anunciada greve dos advogados é o último momento de um longo caminho marcado pela incapacidade de o Governo responder aos anseios dos mais diversos setores sociais”.



ACREDITAR

Tal como Paulo Cunha assegurou, **“é manifesta a incapacidade da ministra da Justiça de repor a normalidade no funcionamento dos tribunais. É responsabilidade do Primeiro-ministro a coordenação do Governo e assegurar o cumprimento nas suas mais diversas áreas de ação. É por isso que o PSD imputará ao Primeiro-ministro todas as consequências que resultem da anunciada paralisação dos tribunais”**.

Aquilo que se verifica, de forma transversal, é a incapacidade de o Governo dialogar com os mais diversos setores sociais. Acresce ainda o facto de os portugueses pagarem cada vez mais impostos por serviços públicos com cada vez menos qualidade.

PSD APRESENTA PROPOSTAS PARA O BEM-ESTAR DOS IDOSOS

“O tema do inverno demográfico foi diagnosticado desde cedo pelo Presidente do PSD”, afirmou hoje a vice-presidente do PSD, Inês Palma Ramalho, acrescentando que o Partido, para combater este problema, apresenta agora **várias medidas para que se promova o bem-estar e a dignidade da pessoa idosa.**

Numa conferência de imprensa na sede do PSD, Inês Palma Ramalho **desafiou ainda os outros partidos com assento parlamentar a aprovar estas medidas**, que serão debatidas na Assembleia da República já na próxima quinta-feira.

“**Apelamos ao PS para pensar no objetivo destas propostas e não apenas no seu poder absoluto**”, desafiou a vice-presidente.

Coube a Clara Marques Mendes, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, elencar as várias propostas do PSD, destacando não só a importância de se promover a **autonomia dos idosos** como a necessidade de se alterar o **Estatuto do Cuidador Informal**, reforçando-o, através da “*eliminação de várias barreiras*”.

O PSD quer:

1. Garantir as respostas sociais e a sustentabilidade financeira das instituições do sector social e solidário
2. Reforçar o serviço de apoio domiciliário
3. Alargar o número de vagas comparticipadas nas respostas sociais dirigidas aos idosos e estender ao sector privado essa comparticipação quando a rede pública/social não consegue dar resposta
4. Alterar o Estatuto do Cuidador Informal
5. Criar a Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para as Pessoas Idosas do Conselho Económico Social e alteração das competências e composição da Rede Social



“NACIONALIZAÇÃO” DO FUNDO REVITA É INACEITÁVEL

Os deputados do PSD consideram inaceitável e repugnante a “nacionalização” do Revita, fundo que gere os donativos entregues na sequência dos incêndios de Pedrógão Grande em junho de 2017 e destinado a apoiar as populações afetadas por aqueles fogos.

“(…) É inaceitável, se não mesmo repugnante, esta nacionalização de verbas que não pertencem ao Governo, ao Estado, verbas que pertencem às populações daquela região e lá deveriam ser investidas”, lê-se numa pergunta subscrita pelos quatro deputados do PSD eleitos pelo círculo de Leiria e uma parlamentar de Castelo Branco, dirigida ao ministro das Finanças.

Na pergunta, entregue no dia 6 de junho na Assembleia da República, os deputados questionam Fernando Medina se está disposto “a reavaliar e revogar a decisão de integração do Fundo Revita no perímetro de consolidação da Administração Central”, assim como dispensar o fundo do “cumprimento do princípio de unidade de tesouraria”.

Os sociais-democratas perguntam ainda a Fernando Medina se está disposto a reconhecer as especificidades do Revita e a legitimidade

da população dos concelhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera “em exigir que as verbas sejam aplicadas, pelo Conselho de Gestão [do fundo], no seu território”, nomeadamente na recuperação patrimonial das famílias afetadas, na revitalização económica das empresas e instituições ali sediadas “e no pagamento das dívidas existentes”.

Segundo informação disponibilizada no seu sítio na Internet, o Revita, criado pelo Governo, é “de âmbito social, com o objetivo de gerir os donativos entregues no âmbito da solidariedade demonstrada, em estreita articulação” com aqueles três municípios. Aderiram ao Fundo Revita 66 entidades, com donativos em dinheiro, bens e prestação de serviços.

“Os donativos em dinheiro ascendem a 5.446.296,31 euros”, refere o 19.º relatório do fundo, de junho de 2022, explicando que, “atendendo à



dimensão das responsabilidades assumidas”, o Ministério da Solidariedade e Segurança Social “reforçou o financiamento do Fundo Revita em 2.500.000 euros, que acrescem ao valor mencionado”.

Neste relatório, lê-se ainda que o fundo tinha “o montante de 1.396.431,09 euros, registado em caixa e depósitos bancários”, relativos a “donativos em dinheiro recebidos até 30 de junho de 2022”, o mesmo valor do mês de março anterior.

Na pergunta, os parlamentares do PSD salientam que o fundo, de acordo com o diploma que o criou, “tem natureza de património autónomo, com personalidade jurídica, sendo dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e não integra o perímetro de consolidação da Administração Central, da Segurança Social, nem o orçamento da Segurança Social”, além de que os donativos tinham como destino a

“aplicação integral na revitalização das áreas afetadas pelo incêndio”.

“Todo o dinheiro e bens materiais doados teriam de ser aplicados na reconstrução ou reabilitação de habitações, no seu apetrechamento e também noutras necessidades devidamente identificadas, desde que na área afetada e às populações aí residentes”, assinala o PSD, lembrando que se assistiu, em 2017, “a um enorme movimento de solidariedade do povo português, que nunca tinha acontecido”.

Os deputados sublinham que dinheiro e bens materiais “foram doados pelos portugueses ou por empresas e instituições portuguesas e, mesmo, os contributos do Estado foram feitos na certeza de que o Fundo Revita estava fora do perímetro orçamental do Estado”.

“Por isso mesmo, é absolutamente incompreensível e inaceitável que, por informação da Direção-Geral do

Orçamento (...) e despacho do secretário de Estado do Orçamento, o Fundo Revita seja integrado no perímetro do Orçamento do Estado”.

Os parlamentares salientam que ainda falta pagar várias obras realizadas em habitações, além de que se aguarda decisão judicial relativamente a outras que foram suspensas, “mas que podem vir a ter continuidade, o que fica prejudicado e dificultado com esta medida do Governo”, pois retira “toda a autonomia” ao Conselho Geral do Revita “para tomar decisões nesta matéria”.

“Mais, a haver saldos dos montantes doados, o que é expectável, deveriam ser investidos nestes concelhos, altamente afetados pelos fogos de 2017 e em regressão económica e demográfica”, sustentam os deputados, defendendo que “seria da mais elementar justiça”.

INCÊNDIOS

TERRAS DE BOURO E VILA VERDE CONTRA DECISÃO DE RETIRAR HELICÓPTERO DE BRAGA



Os municípios de Terras de Bouro e de Vila Verde criticaram a deslocalização de um helicóptero ligeiro de Braga para Famalicão, considerando a decisão “incompressível e sem sustentação”, tomada “à revelia” das autarquias.

A reação dos Presidentes das Câmaras de Terras de Bouro, Manuel Tibo, e de Vila Verde, Júlia Fernandes, surge após o Presidente da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado, Ricardo Rio, denunciar o “desvio” de um meio aéreo de Braga para Famalicão, considerando que é uma decisão errada que pode dificultar o combate a incêndios no Parque Nacional da Peneda-Gerês.

O autarca de Terras de Bouro explicou que, em reunião realizada em 12 de maio, na vila do Gerês, foi informado de que o Centro de Meios Aéreos de Braga, situado no aeródromo de Palmeira, iria contar com dois meios aéreos de combate a incêndios: um helicóptero pesado Kamov e um outro ligeiro.

Manuel Tibo assume que o município foi apanhado de surpresa com a deslocalização do helicóptero ligeiro para Vila Nova de Famalicão.

“Lamento a tomada desta decisão, desta alteração, que foi feita à reve-

lia dos municípios. Não fomos informados de nada e ficamos a saber pela comunicação social que, dos dois meios aéreos previstos para o Centro de Meios Aéreos de Braga, vamos ter apenas o helicóptero ligeiro. Sei que o Kamov estará operacional a partir de amanhã [quarta-feira], mas helicóptero ligeiro, não temos”, lamentou o autarca.

Para o Presidente da Câmara de Terras de Bouro - grande parte do concelho está inserido no Parque Nacional da Peneda-Gerês -, esta decisão “incompreensível e injustificada” e vai ter implicações no combate aos incêndios que ali possam acontecer.

“O Gerês, Reserva Mundial da Biosfera, vai ficar mais desprotegido com esta decisão”, avisa Manuel Tibo, que mantém a esperança de que a deslocalização do helicóptero ligeiro seja revertida.

Na mesma linha segue a presidente da Câmara de Vila Verde, que subs-

creve a posição assumida pelo presidente da CIM do Cávado, Ricardo Rio.

Segundo Júlia Fernandes, esta decisão foi tomada “sem explicação nem sustentação”, acrescentando que a mesma significa que se está “a retirar o helicóptero das zonas onde mais falta faz”.

A autarca lembra a orografia e a morfologia dos territórios a norte do distrito de Braga, os quais “valorizam o turismo de Natureza e as áreas florestais”.

O presidente da CIM do Cávado, Ricardo Rio, que é também presidente da Câmara de Braga, explicou ainda que a decisão de “desviar” o helicóptero ligeiro de Braga para Famalicão foi tomada “na véspera” da entrada em funcionamento do dispositivo local de prevenção e combate a incêndios, “que estava a contar com aquele meio aéreo”.

“É uma decisão completamente contrária ao que tinha sido inicial-

mente anunciado, sendo ainda de realçar que não nos foi dado qualquer conhecimento prévio nem qualquer explicação para a alteração de planos”, afirmou o autarca.

Ricardo Rio lembrou que a norte de Braga ficam concelhos como o de Terras de Bouro, que alberga “uma parte importante e significativa do Parque Nacional da Peneda-Gerês”.

Em comunicado, a CIM do Cávado refere que esta “deslocalização interfere diretamente com o raio de atuação de 40 quilómetros para o ataque inicial no município de Esposende, mas sobretudo” para Vila Verde e Terras de Bouro.

A CIM recorda que estes municípios “apresentam áreas extensas com suscetibilidade e perigosidade de incêndio rural elevado e propícias a incêndios de grandes dimensões”.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA EXIGE **INTERVENÇÃO URGENTE** **NO EIXO NORTE-SUL**

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou uma deliberação a instar o Governo a determinar à empresa pública Infraestruturas de Portugal (IP) uma intervenção urgente no Eixo Norte-Sul, para reparação dos principais pontos negros, considerando a necessidade de reduzir a sinistralidade rodoviária.

“A IP tem sido negligente e pouco diligente no cumprimento das suas obrigações de manutenção e conservação desta via fundamental de Lisboa”, lê-se na moção do PSD pela reparação urgente do Eixo Norte-Sul, indicando que, atualmente, circulam cerca de 100 mil viaturas por dia nesta infraestrutura rodoviária.

Com o voto contra do PS e os votos a favor dos restantes deputados municipais, com exceção do Livre que pediu escusa na votação deste tema, a assembleia viabilizou a proposta do PSD de instar o Governo para que determine à IP “a urgente intervenção com vista à reparação dos principais pontos negros do Eixo Norte-Sul”.

Por unanimidade, os deputados viabilizaram a inventariação e calendarização de execução de soluções de reformulação do traçado Eixo Norte-Sul, para redução da sinistralidade e aumento da segurança e fluidez e escoamento do trânsito destinado à circulação intraurbana; e a substitui-

ção das lâmpadas fundidas ou eventual reparação e substituição das luminárias, com especial urgência nos troços entre o nó da Radial de Benfica e o nó de Sete Rios e entre o início da concessão na zona da Avenida da Ponte e o acesso à Radial de Benfica.

Outras das soluções propostas são “a urgente limpeza das vias e limpeza da vegetação nas bermas” e o reforço de medidas e estruturas de minimização do ruído e dos impactos visuais paisagísticos.

Sobre este tema, o grupo municipal do PEV também apresentou uma moção pela resolução de deficiências no Eixo Norte-Sul, para que o Governo providencie a elaboração de relatório com levantamento das eventuais deficiências ainda existentes ao longo do troço desta via e estabeleça uma calendarização para a resolução urgente das imperfeições mais problemáticas que venham a ser reportadas nesse estudo.



PS DESRESPEITA COMPROMISSOS COM OS AGRICULTORES AÇORIANOS

Francisco Pimentel, deputado à Assembleia da República, acusou o Partido Socialista “de falhar com os agricultores açorianos, ao rejeitar que os apoios extraordinários nacionais, atribuídos pelo Governo da República e autorizados por Bruxelas, se aplicassem na Região”.

O social-democrata falava numa conferência de imprensa, em Angra do Heroísmo, onde lembrou que “foi chumbada, na Assembleia da República, exclusivamente pelo PS, a proposta do PSD para que tais apoios fossem extensíveis aos Açores, como seria, aliás, de elementar justiça”, referiu.

Com efeito, o Governo da República aprovou, no início de maio, um regime geral da atribuição dos apoios financeiros ao setor agrícola e pecuário e ao setor das pescas e aquicultura e prorrogou a vigência do mecanismo do gasóleo profissional.

“O objetivo é ajudar os agricultores a fazer face às necessidades extraordinárias e conjunturais decorrentes da inflação, e do aumento dos custos de produção, energéticos em particular, que afetem de forma relevante a sua atividade”, explicou Francisco Pimentel.

“Estamos a falar de apoios com iniciativa e financiamento exclusivamente nacionais, sendo que o Governo da República pediu e obteve, para efeito de atribuição destas ajudas de Estado, autorização prévia da Comissão Europeia, que a concedeu. Daí que seja inaceitável que os mesmos não abranjam as Regiões Autónomas”, contestou.

“Trata-se de um montante de cerca de 140 milhões de euros que, de forma incompreensível ou mesmo ilegal, o Governo da República, através de portarias regulamentadoras, acabou por circunscrever apenas aos agricultores sedeados no continente, deixando de fora, discriminando e prejudicando, o importante setor agrícola dos Açores, que tem um peso de 6,8% do PIB regional e que representa 37% da produção nacional de leite”, sublinhou o deputado.

Francisco Pimentel lembrou que, “o



PSD apresentou um projeto de resolução, reivindicando à República a correção do âmbito subjetivo de beneficiários daqueles apoios financeiros, de forma a incluir os agricultores dos Açores, afinal em causa estão, por exemplo, para os bovinos de carne e de leite, 56 e 185 euros por animal, além das ajudas ao gásóleo agrícola”.

“Seriam mais de 15 milhões de euros de ajudas para os Açores, que foram sonegados pelo Governo da República por força da maioria absoluta que dispõe no Parlamento, com a cumplicidade incompreensível dos deputados socialistas dos Açores, porque apenas o PS votou contra”, relatou o social-democrata.

Para o deputado açoriano, “é de lamentar e condenar esta postura do Governo da República e do Partido Socialista que, infelizmente, começa a ser uma prática normalizada

de discriminação e desrespeito para com as autonomias, visível na exclusão dos emigrantes oriundos dos Açores e da Madeira do “Programa Regressar”, na não permissão dos empresários regionais acederem aos apoios resultantes da fixação unilateral do valor do salário mínimo nacional em 2022, ou mesmo da exclusão inicial das localidades açorianas do “Apoiar Freguesias”, elencou.

Francisco Pimentel concluiu, lembrando “a importância relativa dos Açores no todo nacional, em termos económicos, tanto na Agricultura como nas Pescas, de que o Partido Socialista parece ter-se esquecido”, mesmo se “ainda esperamos um emendar de mão, relativamente a estes apoios aos agricultores, caso contrário, 2023 vai acabar e esta será mais uma memória triste da governação PS em Portugal”.

MAU TEMPO

PSD DE SÃO MIGUEL CRITICA “OPORTUNISMO POLÍTICO” SOCIALISTA NA RIBEIRA QUENTE

A Comissão Política de Ilha (CPI) de São Miguel do PSD/Açores lamentou o “oportunismo político” do PS relativamente aos estragos causados pelo mau tempo na Ribeira Quente, considerando a acusação feita pelos socialistas como uma “atitude condenável e baseada em falsidades”.

“O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRP-CBA) garantiu uma resposta de excelência perante as condições adversas com que se deparou no terreno. Tudo foi feito para garantir a segurança das pessoas na freguesia da Ribeira Quente e daqueles que não conseguiram chegar aos seus lares. Houve total articulação e sintonia da parte das entidades ligadas ao Governo dos Açores. É lamentável o oportunismo político do PS. Trata-se de uma atitude condenável e baseada em falsidades”, afirmou Délia Melo, vogal da CPI de São Miguel do PSD.

A dirigente social-democrata mi-caelense lembrou que estiveram no terreno, sob coordenação do SRP-CBA, Bombeiros, Direção Regional das Obras Públicas, Serviços Muni-

cipais de Proteção Civil, Polícia de Segurança Pública, EDA e operadores de comunicações.

“As acusações sem fundamento proferidas pelo Partido Socialista mostram também um total desrespeito para com os trabalhadores da administração regional que estão no terreno desde a primeira hora, empenhados em normalizar a situação e garantindo a segurança de pessoas e bens”.

Délia Melo enalteceu “a forma como os trabalhadores da administração regional se adaptaram às dificuldades que foram surgindo ao longo do dia, tendo em conta que operaram sob chuva e ventos fortes constantes”, bem como o apoio prestado na Ribeira Quente pela equipa de catástrofe da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel.

“Foi deslocada para a Ribeira Quente, por via marítima, uma equipa composta por dois médicos e dois enfermeiros que lá permanecem”, destacou.

A dirigente social-democrata recorreu que, de acordo com o Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores, “compete ao presidente da câmara municipal no exercício de funções de responsável municipal da política de proteção civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência, e recuperação adequadas em cada caso”.

Segundo a vogal da CPI de São Miguel do PSD/Açores, “é lamentável e deplorável a atitude do PS que insiste em proferir falsidades para

tentar obter aproveitamento político, quando a prioridade do Governo Regional é o bem-estar e segurança das populações, que estão acima de qualquer diferença partidária”.

“Enquanto estive na oposição, nunca o PSD/Açores fez aproveitamento político de catástrofes naturais, como tem sido prática recorrente da parte do PS. Já lá vai o tempo em que governantes socialistas se deslocavam em massa para locais afetados por calamidades, só para aparecerem na fotografia. No passado é que se fazia propaganda à custa da desgraça das pessoas. Esse tempo acabou”, concluiu.

GOVERNO DA MADEIRA QUER CRIAR FUNDO PARA APOIAR EMIGRANTES NA ÁFRICA DO SUL

O Presidente do Governo da Madeira anunciou estar previsto alterar o regulamento do Fórum das Comunidades para criar um fundo destinado a apoiar os emigrantes mais vulneráveis devido ao clima de insegurança na África do Sul.



O chefe do Governo Regional integrou a comitiva do Presidente da República que efetuou na semana passada uma visita à comunidade da África do Sul, integrada nas comemorações do 10 de junho, e comentou hoje que “a visita correu bem”.

“Do ponto de vista económico, as coisas estão a correr bem, o único senão é a insegurança, que é generalizada” naquele país, referiu.

Na opinião do governante madeirense, “a situação não é de anarquia, mas preocupa, sobretudo porque muitos dos emigrantes madeirenses, pelas suas atividades, estão mais expostos a assaltos”.

Miguel Albuquerque realçou que o Governo Regional tem apoiado os lares na África do Sul e “está a equacionar”, no regulamento do Fórum

das Comunidades – órgão consultivo do executivo -, “criar um fundo para apoiar as famílias que ficam mais vulneráveis do ponto de vista psicológico”.

“Será decidido no Fórum das Comunidades e será inserido no próximo Orçamento Regional”, apontou.

O líder insular mencionou também que grande parte do investimento imobiliário na Madeira é feito por emigrantes na África do Sul.

Questionado sobre a necessidade de uma ligação aérea direta entre aquele país e a Madeira, opinou ser “um pouco utópico pensar que alguma vez a TAP terá condições de competitividade” para efetuar este tipo de voos porque “o mercado sul-africano é altamente concorrencial” e conta com operações de grandes companhias mundiais.

“A grande vantagem é que estamos [Madeira] com 90 rotas diretas e há possibilidade de viajar para uma capital europeia e depois vir direto para a Madeira”, complementou.

Miguel Albuquerque também secundou a posição do presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, José Manuel Rodrigues, que anunciou quinta-feira ter requerido ao Tribunal Constitucional a fiscalização da constitucionalidade da lei da morte medicamente assistida por violar o direito de audição das regiões autónomas em todo o seu processo legislativo.

“Se está na lei que regiões devem ser ouvidas é inconstitucional”, venceu, mas, apontou: “Espero que o Tribunal Constitucional, que é sempre contra as regiões, também diga que está tudo certo”.

Miguel Albuquerque falava aos jornalistas à margem da visita que efetuou, dia 9 de junho, à segunda fase da empreitada pavilhão gimnodesportivo do Estreito de Câmara de Lobos, que deverá estar concluída no primeiro trimestre de 2024, representando um investimento do executivo madeirense (PSD/CDS) na ordem dos 5,2 milhões de euros.

MADEIRA CRIA APOIO PARA PRODUTORES DE CEREJA AFETADOS POR MAU TEMPO

O Governo da Madeira vai criar uma medida de apoio financeiro extraordinário para os produtores de cereja e ginja do concelho de Câmara de Lobos, cuja produção registou uma “perda significativa” devido à chuva da semana passada.

Na reunião semanal do executivo regional, que decorreu no Funchal, dia 7, a Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural foi autorizada a efetuar a “quantificação dos prejuízos resultantes da forte e persistente precipitação registada no dia 31 de maio e consequente perda de percentagem significativa da produção de cereja e ginja prevista para a campanha de 2023”.

Em comunicado, o Governo Regio-

nal indica que vai criar uma medida de apoio financeiro extraordinário aos agricultores afetados nas freguesias do Jardim da Serra e Curral das Freiras, no concelho de Câmara de Lobos.

Na reunião, entre outras medidas, foi também decidido alterar o contrato-programa celebrado com a ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação, com vista

ao “reescalonamento da comparticipação financeira” de 2,9 milhões de euros, para fazer face à operacionalização do Smart Islands Hub (SIH).

O executivo liderado pelo social-democrata Miguel Albuquerque alterou ainda outro contrato-programa com a ARDITI com o mesmo objetivo, envolvendo um montante de 6,6 milhões de euros para aquisição de tecnologias oceânicas.



Povo livre

**MOTA
PINTO
REUNIU-SE
COM
GRUPO
PARLAMENTAR
DO PSD**



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUTARCAS SOCIAIS-DEMOCRATAS

Com o início do mandato dos autarcas eleitos em 12 de Dezembro chegou o momento oportuno para se concretizar a deliberação dos congressos anteriores no sentido de criar a ANASD.

O objectivo da iniciativa passa pela constituição de uma Comissão Organizadora para ser presidida por um Presidente de Câmara e por um representante de cada

Região e Distrito, a indicar pelas respectivas Comissões Políticas ao secretário-geral do Partido.

Oportunamente será promovida uma primeira reunião da Comissão Organizadora na qual entre outros assuntos, será apreciada a convocação do Congresso constituinte bem como projecto de Estatutos.

**Escolha
Senhor
Presidente**

— Artigo de HELENA
BORETA na pág. 3

**Onda de progresso
em Oliveira
de Azeméis**

**OS ESTATUTOS E A ORGANIZAÇÃO
INTERNA DO PSD**

1 — Filiação e ficheiros
de militantes

— por ANTONIO CAPUCHO

EDIÇÃO N.º 460 do “Povo Livre” | de 25 de maio de 1983

Era criada a Associação Nacional dos Autarcas Sociais-Democratas (ANASD).

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

LISBOA

ALTERAÇÃO DO DIA DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO
PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 31 DE MAIO
2023

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lisboa para reunir, no **dia 23 de Junho (sexta-feira) de 2023, pelas 20H30**, sita no Hotel Dom Pedro Lisboa, Av. Eng. Duarte Pacheco 24, Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação Política de Lisboa;
2. Apresentação das Comissões instaladoras.

MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Monção do Partido Social Democrata, para reunir no próximo **dia 26 de junho, pelas 21H00**, na Sede da Secção sita na Rua Direita nº 117, em Monção, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação de contas do ano 2022;
2. Análise da situação política local e nacional;
3. Outros assuntos.

Nota: Se na hora designada não houver quórum dos Membros, fica a mesma convocada para as 21:30.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Oeiras, para reunir no próximo **dia 21 de Junho (quarta-feira), de 2023 pelas 21H00** no Espaço Jovem de Carnaxide, sita na Avenida de Portugal, 76B, Carnaxide, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação e aprovação das contas relativas ao ano de 2022;
3. Análise da situação política.

NÚCLEOS

VILAR DE ANDORINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Vilar de Andorinho - Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo **dia 15 de julho de 2023 (sábado), pelas 17H00**, em sistema de urna aberta, na Sede Concelhia do PSD Gaia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único - Eleição da Comissão Política do PSD do Núcleo de Vilar de Andorinho.

Notas - As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A Sede estará aberta no último dia das 21H00 às 24H00.

As urnas estão abertas das 17H00 às 19H00.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

ERRATA

REGULAMENTO - VII CONGRESSO
JSD DISTRIAL AVEIRO

Artigo 14.º

(Local, Data e Horário)

1. O Congresso Distrital reunirá no dia 1 de julho de 2023 (sábado), no Museu do Vinho da Bairrada, sito na Avenida Engenheiro Tavares da Silva, 3780-203 Anadia, com início às 10h00m.

CONSELHO DISTRIAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoca-se Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital do Porto, a realizar no dia 15 de julho de 2023 (sábado) pelas 10h00, na Sede do PSD de Matosinhos sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº98 4450-298 Matosinhos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Eleição dos Representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD;
- 3 - Análise da Situação Política;
- 4 - Outros Assuntos.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 10:30H e as 11:30H.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Amadora para reunir, no dia 28 de junho de 2023 (quarta-feira), pelas 20h30, na sede da JSD Amadora, sita na Avenida 11 de Setembro de 1979 16A, 2700-336 Amadora, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Balanço do Mandato da Comissão Política;
- 2 - Análise da Situação Política Local e Nacional;
- 3 - Informações e outros assuntos.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Cascais para reunião no próximo dia 21 de junho de 2023, pelas 21:00 Horas na sede do PSD de Cascais, sito Rua Jogo da Bola nº 27 cave-esquerdo, 2775-587 Carcavelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações;
- Análise da situação política;
- 3 - Outros assuntos.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Viana do Castelo, a reunir no próximo dia 22 de julho de 2023 (sábado), às 14h00m, na sede do PSD Viana do Castelo, sita em Rua Tenente Coronel Afonso do Paço, lote 1, Loja 46, 4900 479 - Viana do Castelo, com o ponto único seguinte:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Viana do Castelo.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Viana do Castelo ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, através do endereço de e-mail jsddistritalviana@hotmail.com. As urnas estarão abertas entre as 14h00m e as 17h00m.

NESD UAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Juventude Social Democrata inscritos na Universidade Autónoma de Lisboa, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da referida instituição, para reunir no dia 5 de julho de 2023, das 16h às 18h, na Universidade Autónoma de Lisboa, Palácio Dos Condes Do Redondo, R. de Santa Marta 56, 1169-023 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do NESD UAL.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Coordenador do Gabinete de Ensino Superior da Distrital de Lisboa, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.